

Wladimir Alves Gomes

Chefe da Controladoria

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCALPERÍODO DE REFERÊNCIA: **Janeiro/2011 a Dezembro/2011**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )</b>	<b>785.957.402,33</b>	-
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>584.236.870,00</b>	-
Sentenças Judiciais sem Precatórios ( do Próprio Órgão )		
Sentenças Judiciais com Precatórios ( do Próprio Órgão e de outros da Administração Pública )		
- <b>Nota 2</b>		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	584.236.870,00	-
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>201.720.532,33</b>	-
Sentenças Judiciais sem Precatórios (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatórios (do Próprio Órgão e de outros da Administração Pública)		
- <b>Nota 2</b>		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas - <b>Nota 3</b>	201.720.532,33	-
<b>Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)</b>		
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>(250.062.552,14)</b>	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(74.940.377,87)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(175.122.174,27)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL ( III ) = ( I - II )	535.894.850,19	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP ( IV ) = ( III a + III b )	535.894.850,19	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL ( V )	14.549.103.656,39	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL ( VI ) = ( IV/V ) * 100	3,68	
LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, do art. 20 da LRF ) < 6% >	872.946.219,38	
LIMITE PRUDENCIAL ( parágrafo único do art. 22 da LRF ) < 5,7% >	829.298.908,41	

FONTE: E-FISCO - 2011 - Dados preliminares.

Recife, 25 de janeiro de 2012.

**Nota1.** Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

**Nota2.** As despesas com Precatórios são pagas pelo Poder Executivo com recursos de seu orçamento.

**Nota3.** As despesas com inativos e pensionistas, do Poder, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado - FUNAFIN, com recursos oriundos das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos, pensionistas e patronal dos ativos. Por ser o montante das referidas contribuições insuficiente para cobertura dessas despesas, o TJ complementa a diferença ao Fundo, através de Dotação Orçamentária Específica (DOE).

**Nota4.** Demonstrativo adequado ao padrão estabelecido ao Poder Judiciário, pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Des. José Fernandes de Lemos

Presidente

Leovegildo Lopes da Mota

Diretor Geral

Francisco José de Freitas Abreu

Diretor Financeiro